

Concurso Público



Assistente Social 2010

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02** Preencha os dados pessoais.
- 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
- 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de respostas.
- 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo (■).

A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.

- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
- 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, distribuídos entre as demais.
- 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 12** Não será permitido o uso de telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas

Duração desta prova: 3 horas

Nome _____

Identidade _____

Órgão Exp.: _____

Assinatura _____

COMISSÃO DE PROCESSOS
SELETIVOS E TREINAMENTOS
Fone: (81) 3412-0800
Fax: (81) 3412-0808



Língua Portuguesa - Superior

TEXTO 1

O ensino tradicional de língua portuguesa investiu, erroneamente, no conhecimento da descrição da língua, supondo que a partir desse conhecimento cada um de nós melhoraria seu desempenho no uso da língua. Na verdade, a escola agiu mais ou menos como se para aprender a usar um interruptor ou uma tomada elétrica fosse necessário saber como a força da água se transforma em energia e esta em claridade na lâmpada que acendemos.

Obviamente, há espaço para saber essas coisas todas e há aqueles que a elas se dedicaram e as sabem. Se precisar de uma informação, posso consultá-los. Mas o número de conhecimentos disponíveis na humanidade é imenso e muitas das tecnologias de que dispomos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.

Ninguém mais é capaz de dominar o conhecimento global disponível. Mas também não temos com as coisas uma relação mágica: sabemos que as coisas podem ser explicadas ou poderão ser explicadas um dia (há muito a saber sobre o mundo). Cada um de nós, em sua área profissional, tem conhecimentos e pode transmiti-los a outros, mas nenhum de nós imagina que todos queiram saber os conhecimentos que caracterizam a nossa profissão. É preciso saber usar eficientemente, e os conhecimentos suficientes para tanto já bastam. Ninguém precisa tornar-se especialista em tudo!

O conhecimento gramatical é, pois, um conhecimento necessário para aquele que se dedica ao estudo da língua e ao seu ensino, para que possa exercer dignamente seu ofício de construir situações adequadas para aquele que quer aprender a usar a língua, selecionando, inclusive, quais desses conhecimentos lhe são necessários. Mas não é um conhecimento, em seu todo, necessário para aquele que quer aprender a ler criticamente e a escrever exitosamente.

GERALDI, João W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB, 1996. p.71-72. Excerto adaptado.

01. É correto afirmar que o Texto 1 trata, primordialmente:

- A) de como a escola deve ser responsável por nos repassar todos os conhecimentos disponíveis.
- B) do espaço que o conhecimento gramatical deve ocupar no ensino de língua portuguesa.
- C) da incapacidade humana para conseguir explicar todas as tecnologias disponíveis.
- D) da necessidade de os profissionais do ensino serem especialistas em língua portuguesa.
- E) da importância do conhecimento gramatical para quem pretende ser um bom leitor e escritor.

02. Analise as informações apresentadas a seguir.

- 1) Saber descrever bem uma língua não é garantia de melhor desempenho no uso dessa língua.
- 2) A escola deve ser o espaço privilegiado para que os profissionais se tornem especialistas em língua portuguesa.
- 3) A competência nas atividades de leitura e de escrita prescinde de maior aprofundamento do conhecimento gramatical.

- 4) Todos os profissionais deveriam ter conhecimento aprofundado da gramática de sua língua, já que ela é um bem comum a todos.

Estão em consonância com o Texto 1:

- A) 1 e 4, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 2 e 4, apenas.
- D) 1 e 3, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

03. Analise as relações de sentido apresentadas a seguir.

- 1) Afirmar que “o ensino tradicional de língua portuguesa investiu, erroneamente, no conhecimento da descrição da língua” equivale a afirmar que “o ensino tradicional de língua portuguesa, erroneamente, envidou esforços no conhecimento da descrição da língua”.
- 2) Com a afirmação de que “ninguém mais é capaz de dominar o conhecimento global disponível”, o autor pretendeu dizer que “é humanamente impossível reter todo o conhecimento disponível”.
- 3) O segmento destacado em: “para que possa exercer dignamente seu ofício de construir situações adequadas para aquele que quer aprender a usar a língua” equivale semanticamente a “aquele cujo desejo é o de saber utilizar a sua língua”.
- 4) No contexto em que se insere, o termo destacado em: “para que possa exercer dignamente seu ofício de construir situações adequadas para aquele que quer aprender a usar a língua, selecionando, inclusive, quais desses conhecimentos lhe são necessários” tem o mesmo sentido de ‘discriminando’.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

O seguinte trecho diz respeito às questões 04 e 05.

“muitas das tecnologias de que dispomos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.”

04. No trecho, podem ser identificadas, respectivamente, as seguintes relações semânticas:

- A) concessão e adição.
- B) condição e oposição.
- C) comparação e causa.
- D) conclusão e oposição.
- E) tempo e conclusão.

05. No que se refere às regras de regência verbal, esse trecho estaria igualmente correto se fosse alterado para:
- muitas das tecnologias a que dependemos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.
 - muitas das tecnologias em que convivemos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.
 - muitas das tecnologias com que lidamos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.
 - muitas das tecnologias em que usufruímos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.
 - muitas das tecnologias a que precisamos hoje nós sabemos usar, embora não saibamos como elas se produziram nem saibamos explicá-las.

06. Analise o que se afirma a seguir, acerca de diversos aspectos gramaticais do Texto 1.

- No trecho: “*O conhecimento gramatical é, pois, um conhecimento necessário para aquele que se dedica ao estudo da língua e ao seu ensino*”, o termo destacado tem valor conclusivo.
- No trecho: “*Ninguém precisa tornar-se especialista em tudo!*”, a exclamação tem a função de marcar o tom categórico da afirmação feita.
- No trecho: “*fosse necessário saber como a força da água se transforma em energia [...]*”, o termo destacado está grafado sem trema em cumprimento ao último Acordo Ortográfico. Antes do Acordo, o trema era exigido para o termo.
- No trecho: “*Mas não é um conhecimento, em seu todo, necessário para aquele que quer aprender a ler criticamente e a escrever exitosamente*”, o segmento destacado poderia ser substituído por “necessário àquele”. Neste caso, a crase seria obrigatória.

Estão corretas:

- 1, 2, 3 e 4.
- 1, 2 e 4, apenas.
- 2 e 3, apenas.
- 1 e 3, apenas.
- 2 e 4, apenas.

TEXTO 2

A língua portuguesa que amo tanto
Que canto enquanto encanto-me ao ouvi-la
Em cada canto é fala, é riso, é pranto
E nada há que a cale e que a repila.

É essa língua tórrida e faceira
Inebriante e meiga e doce e audaz
Que envolve e enleia a gente brasileira
E quem a utiliza é quem a faz.

[...]

Não há quem fale errado ou fale mal
De norte a sul, é belo o que é falado
Na língua de Brasil e Portugal.
Para julgar quem fala certo ou fala errado

Não há no mundo lei, nem haverá:
Quem faz da fala língua é quem a fala
Gramática nenhuma a calará
Gramático nenhum irá cegá-la!

LOPES, Oldney. Disponível em:
<http://www.oldney.net/visualizar.php?id=433893>.
Acesso em 23/09/2010. Adaptado.

07. Há, no Texto 2, a defesa explícita de que:

- a língua falada no Brasil difere daquela que é falada em Portugal.
- a língua merece elogios em sua modalidade falada, não na escrita.
- são os falantes que fazem a língua subsistir, não os seus gramáticos.
- a homogeneidade caracteriza a língua falada no Brasil, de norte a sul.
- a gramática da língua do Brasil é mais complexa do que a de outras línguas.

08. Entre os versos: “Para julgar quem fala certo ou fala errado / Não há no mundo lei, nem haverá:”, evidencia-se uma relação semântica de:

- finalidade.
- conclusão.
- causalidade.
- comparação.
- tempo.

TEXTO 3



(Imagem disponível em: sinergiaproductiva.blogspot.com. Acesso em 23/09/2010.)

09. O Texto 3 pretende enfatizar, como tema principal:

- a responsabilidade dos políticos.
- o combate à corrupção no país.
- a importância da lei da ficha limpa.
- o poder transformador do voto.
- a necessidade do voto obrigatório.

10. No trecho: “*Este será meu instrumento de defesa...*”, o termo que nos remete à imagem é:

- ‘meu’.
- ‘instrumento’.
- ‘defesa’.
- ‘será’.
- ‘este’.

Conhecimentos Específicos

11. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA – assinale o órgão que deve ser acionado em casos de suspeita ou configuração de maus-tratos contra a criança ou adolescente.
- A) O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente no Município.
 - B) A Delegacia de Polícia mais próxima da residência da vítima.
 - C) O Conselho Municipal de Assistência Social.
 - D) O Conselho Tutelar da respectiva localidade.
 - E) A Comissão de Direitos Humanos como representante do Ministério Público na comarca.
12. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:
- A) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo que trata de ato infracional atribuído a adolescente.
 - B) em conformidade com o ECA, restabelecer o poder familiar aos pais naturais, por morte dos adotantes.
 - C) aplicar as medidas de proteção à criança e ao adolescente, entre as quais se incluem a advertência e a prestação de serviço à comunidade.
 - D) prover recursos para manutenção de crianças e adolescentes em estabelecimentos especializados.
 - E) promover e coordenar programas de assistência integral à participação da criança e do adolescente, admitida a colaboração de entidades não governamentais.
13. Acerca das regras que tratam da prática do ato infracional previstas no ECA – Lei 8069/90, é correto afirmar que:
- A) são penalmente imputáveis os menores de 16 anos.
 - B) em nenhuma hipótese, o prazo máximo de internação poderá exceder a 5 anos.
 - C) compete exclusivamente ao Ministério Público determinar a aplicação de medidas protetivas.
 - D) a aplicação da medida de internação independe da existência de prova da materialidade da infração e indícios suficientes da infração.
 - E) a internação, antes da sentença, poderá ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
14. A Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, estabelece que:
- A) o idoso goza de todos os direitos fundamentais e inerentes à pessoa humana, contudo, sua proteção é um processo histórico que deve ser construído individualmente durante sua vida.
 - B) é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
 - C) para todos os idosos portadores de doenças crônicas e acamados, o Estatuto determinará a internação em abrigos filantrópicos.
 - D) o poder público estimulará programas de reabilitação profissional para os idosos aposentados por invalidez, referenciado pelo seu direito ao exercício de atividade produtiva e inclusão no mercado de trabalho.
 - E) a perda de condição de segurado da previdência, a partir dos 65 anos, é substituída pelo Benefício de Prestação Continuada independentemente da condição pessoal do idoso.
15. Segundo a Lei, são medidas específicas de proteção ao idoso a serem determinadas pelo Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele:
- 1) localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados.
 - 2) encaminhamento a família ou curador, mediante termo de responsabilidade.
 - 3) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.
 - 4) atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou de doença infecto-contagiosa.
 - 5) abrigo temporário.
- Estão corretas, apenas:
- A) 1 e 2.
 - B) 1, 2 e 4.
 - C) 2, 3 e 4.
 - D) 2 e 5.
 - E) 3 e 4.
16. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:
- A) conceder atestado de registro e certificado de entidade beneficente de assistência social, sujeito à renovação anual.
 - B) estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
 - C) coordenar e articular as ações no campo da assistência social.
 - D) exercer função propositiva e normativa, fazendo leis e fiscalizando o executivo.
 - E) responsabilizar-se pelo planejamento e implementação das ações geridas pelo governo federal, em todas as instâncias político-administrativas.
17. Dentre os princípios que regem a Política Nacional de Assistência Social não se inclui:
- A) universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
 - B) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária.
 - C) descentralização político-administrativa na formulação e implementação de projetos em regime de cogestão democrática com a participação de recursos federais.
 - D) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - E) igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação de qualquer natureza.

18. De acordo com a Lei 8.742/93:

- A) a assistência social tem, como uma de suas diretrizes, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- B) a coordenação da Política Nacional de Assistência Social cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social.
- C) é competência dos Estados efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- D) entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, mediante subsídio financeiro de iniciativas que garantam aos grupos populares capacidade produtiva.
- E) é privilegiada a municipalização das ações e a primazia da sociedade civil na execução da política de assistência social de acordo com os interesses municipais.

19. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS define e organiza os elementos imprescindíveis à execução da política de Assistência Social em consonância com o que prevê a Lei 8.742/93 e os compromissos da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Com base nessa afirmativa, o SUAS:

- 1) estabelece a gestão compartilhada com os conselhos gestores para financiamento equitativo da política pelos três entes federativos e definição das competências da União, dos Estados e dos Municípios de forma transparente.
- 2) consolida a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva da seguridade social no campo da assistência social.
- 3) regula a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle das ações nos Estados e municípios.
- 4) assegura a descentralização político-administrativa em cada esfera de gestão com a primazia da sociedade civil em articulação com o poder público na execução da política de assistência social.
- 5) orienta-se para a consagração de direitos de cidadania e inclusão social.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 2, e 4.
- D) 3 e 4.
- E) 2 e 5.

20. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, “somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia da equidade”. Para tanto, a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas, com destaque para:

- A) o financiamento e controle tripartite das ações socioassistenciais com a participação do usuário.
- B) a coordenação e execução dos programas pela esfera Federal.
- C) a articulação e integração de ações e recursos, tanto na relação intra como interinstitucional, bem como com os demais conselhos setoriais e de direitos.
- D) a institucionalização do cidadão e da família como objeto de intervenção no Sistema Único de Assistência Social.
- E) a pactuação de caráter permanente com os Conselhos Municipais de Assistência Social visando à privatização dos serviços de proteção básica.

21. De acordo com a NOB - SUAS, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário e tem como responsabilidade:

- 1) manter ativo um serviço de vigilância epidemiológica.
- 2) realizar, sob orientação do gestor municipal da Assistência Social, o mapeamento e organização da rede socioassistencial de proteção básica e promover a inserção das famílias nos serviços de assistência social local.
- 3) desenvolver programas centrados nas políticas de habitação e saneamento, destinados a populações em situações especiais de agravo.
- 4) assegurar a implementação de projetos de microcrédito como estratégia de erradicação da pobreza e superação das desigualdades sociais.
- 5) executar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na perspectiva da descentralização participativa e da intersetorialidade.

Está(ao) correta(s), apenas:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 2.
- D) 3.
- E) 2 e 3.

22. Incluem-se nos serviços de proteção social especial de média complexidade no âmbito da assistência social:

- 1) grupos de convivência, geracionais e intergeracionais.
- 2) centros de informação, monitoramento e avaliação do protagonismo juvenil.
- 3) serviços de orientação e apoio sociofamiliar.
- 4) centros de informação e educação para o trabalho.
- 5) plantão social.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 3 e 5.
- C) 2.
- D) 5.
- E) 2 e 3.

23. Nos anos 1990, principalmente a partir da institucionalização do Plano Real, se processa a reforma do Estado brasileiro, tendo como destaque:

- A) criação das Organizações Sociais, bem como a regulamentação do terceiro setor para execução das políticas públicas.
- B) incorporação das propostas dos movimentos sociais pelo Estado para assegurar a manutenção e reforço do caráter filantrópico das entidades públicas.
- C) configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social.
- D) ampliação dos programas de Previdência, de Saúde e universalização dos benefícios eventuais destinados às pessoas que vivem em situação de rua, incluídas no Benefício de Prestação Continuada.
- E) crítica à privatização, focalização e seletividade das políticas sociais.

24. Com a nova dinâmica social e política, instalada após a Constituição de 88, são tendências da proteção social no Brasil sob orientação da ideologia neoliberal:

- A) o privilegiamento do voluntariado e a dependência direta dos organismos internacionais na condução e financiamento das políticas sociais para a juventude.
- B) combate à pobreza através de um pacote de programas diversificados e de ações descentralizadas para os municípios mais pobres do país.
- C) a individualização da pobreza e do risco com a instituição da matricialidade da família na condução das políticas sociais.
- D) concretização dos direitos sociais mediante a universalização do acesso ao trabalho e do pleno emprego.
- E) implantação da lógica de copagamento para acesso às políticas e aos benefícios sociais.

25. A Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/1990 estabelece:

- A) a saúde é um direito fundamental do ser humano devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu exercício.
- B) o trabalho é a condição fundamental para a garantia da saúde de cada cidadão.
- C) o dever do Estado de garantir a saúde consiste apenas na redução de riscos de adoecer.
- D) o dever do Estado de garantir a saúde exclui a responsabilidade das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- E) a saúde tem como principal fator determinante e condicionante os hábitos dos indivíduos e sua relação com o meio ambiente.

26. O Sistema Único de Saúde (SUS) inclui em seu campo de ação:

- A) a execução de ações de saneamento básico.
- B) a responsabilidade pela proteção ambiental.
- C) a execução das ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- D) a priorização da promoção e proteção da saúde dos trabalhadores formalmente empregados.
- E) a execução de programas de segurança alimentar.

27. O Serviço Social contemporâneo reconhece:

- 1) a centralidade do trabalho na conformação da questão social e dos direitos consubstanciados em políticas sociais universais.
- 2) as políticas sociais focalizadas de combate à pobreza em oposição à universalização dos serviços sociais.
- 3) o empirismo e o pragmatismo no exercício profissional, de forma a dar respostas às expressões da questão social que se apresentam cotidianamente nos serviços.
- 4) o posicionamento da profissão no processo de reprodução das relações sociais favorece o controle social do Estado sobre a força de trabalho.
- 5) a necessidade de articulação das condições macrossocietárias da realidade, seus limites e possibilidades, às respostas de caráter ético-político e técnico-operativo da profissão.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 5.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 2, 3, 4 e 5.
- D) 1, 4 e 5.
- E) 1, 2, 3 e 4.

28. Na fase de planejamento para instalação de uma unidade de proteção social especial do SUAS, segundo o critério de territorialidade, o assistente social decide realizar entrevistas individuais focalizadas com gestores de organizações na área a fim de conhecer a rede de proteção social existente e as atividades desenvolvidas. Tomando como referência os objetivos indicados, constituem procedimentos básicos nessa modalidade de entrevista:

- A) a amostragem quantitativa aleatória dos respondentes, obedecendo aos limites específicos de confiabilidade.
- B) a escolha do tema-chave e elaboração do roteiro com os principais tópicos a serem abordados, de acordo com o objeto e os objetivos formulados no projeto em andamento.
- C) a exploração em profundidade do mundo da vida dos entrevistados.
- D) a avaliação dos fatos mediante questionário de perguntas fechadas, visando à maximização do tempo e rendimento da entrevista.
- E) a construção de um quadro teórico que servirá de guia à entrevista e permitirá que o entrevistador exponha durante a entrevista suas opiniões e pontos de vista a respeito da situação investigada.

29. Ao pesquisar os determinantes da evasão escolar no município, o assistente social utilizou o enfoque da dialética materialista. Nesta perspectiva metodológica o pesquisador:

- A) estuda os fatos guiado pelo princípio da verificação.
- B) toma como ponto de partida os fatos empíricos dados pela realidade e procura chegar à essência da questão pelo processo de apropriação teórica.
- C) adota procedimentos de investigação guiados pela sua visão de mundo e sua inserção na ordem estrutural do universo.
- D) desenvolve a pesquisa em três etapas: 1) discussão e ação; 2) reflexão e 3) ação.
- E) procura estabelecer na síntese da investigação a relação causa-efeito, identificando como causas as condições que precedem imediatamente o efeito.

30. Assinale as razões que justificam a escolha da pesquisa-ação como estratégia de pesquisa no lugar da pesquisa convencional.

- 1) O objetivo de descrição e de intervenção sem exigência de explicitação do quadro teórico e de controle das variáveis.
- 2) A intervenção gerada a partir da pesquisa-ação possibilita descobrir o que os participantes dizem e fazem em situações controladas e que não são de seu interesse.
- 3) O rigor metodológico, validade e confiabilidade das teorias construídas e consolidadas, no processo de pesquisa.
- 4) Os objetivos de mudança e busca do comprometimento e envolvimento direto de todos os agentes envolvidos.
- 5) A promoção do crescimento do senso crítico dos participantes e de sua capacidade de solucionar problemas.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 5.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 2, 3, 4 e 5.
- D) 4 e 5.
- E) 2 e 4.

31. A utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa é frequentemente criticada quanto à objetividade e validade dos resultados. Em contraposição, assim se justifica a aplicação do estudo de caso na pesquisa em Serviço Social:

- A) os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e também a populações, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) além de enumerar freqüências (generalizações estatísticas).
- B) o estudo de caso constitui ferramenta de trabalho que necessariamente deve ser utilizada por todos os assistentes sociais na prática interventiva.
- C) nos estudos de caso privilegia-se o estudo exaustivo de uma realidade e não a produção de conceitos e teorias, como exigem as ciências naturais.
- D) o estudo de caso é uma estratégia de ação que permite a articulação de recursos persuasivos que levam os informantes a fornecer dados e informações que permitirão ao profissional conduzir o processo de trabalho de forma diretiva e hierarquizada.
- E) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente que serve à investigação de um conjunto contemporâneo de acontecimentos dentro de seu contexto na vida real, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

32. A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº. 8.662/93, assegura:

- 1) alteração da denominação dos órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício profissional e tem como objetivo básico disciplinar e defender o exercício da profissão.
- 2) atribuições e normas gerais para o exercício profissional segundo os pressupostos definidos em legislações anteriores, com o objetivo de definir condutas e padrões comportamentais.
- 3) definição e uso de processos e técnicas a serem utilizados pelo assistente social, nas diferentes situações de intervenção.
- 4) o exercício profissional segundo os princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional do assistente social, com o objetivo de preservar a ordem societária atual.
- 5) a explicitação de atividades previstas como competências da profissão do Serviço Social e seu alcance social como balizas da ação para os profissionais, clarificando as atribuições que lhes são privativas.

Está(ao) correta(s), apenas:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2, 3 e 5.
- C) 2.
- D) 2 e 5.
- E) 1 e 5.

- 33.** De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social – Resolução CFESS 273/93, é dever do assistente social, nas relações com os usuários:
- A) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos nesses estudos.
 - B) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia dos direitos de cidadania.
 - C) promover a participação dos usuários nos programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
 - D) ter livre exercício das atividades inerentes à profissão.
 - E) ter livre acesso à população usuária.
- 34.** O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Na perspectiva do projeto ético-político da profissão, a questão social é apreendida como:
- A) uma questão que demanda normas enérgicas de controle pela sociedade e pelo governo.
 - B) uma questão inerente ao processo de acumulação capitalista e seus rebatimentos sobre os trabalhadores, demarcada pela implementação de reformas sociais conduzidas pelas classes subalternizadas.
 - C) expressões cotidianas caracterizadas como falta de políticas e serviços sociais.
 - D) manifestações objetivas de pauperização, resultante da terceira revolução industrial.
 - E) reveladora das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais em que vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista e de suas lutas por transformações sociais.
- 35.** No atual momento de reestruturação capitalista e de reforma do Estado ganha destaque a compreensão da sociedade civil e de sua relação com o Estado. No interior dessa relação constata-se:
- A) a revalorização da filantropia e legitimação do mercado como mecanismos do controle político para superação das desigualdades sociais via associativismo comunitário.
 - B) o apelo recorrente à colaboração da sociedade com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante para neutralizar os conflitos e encobrir as diferenças de classe.
 - C) o envolvimento da sociedade nas ações estatais como um mecanismo de redução do monopólio da violência pelo Estado e das diferenças de classe.
 - D) a apropriação do público pelo privado e a substituição do Estado pelo Terceiro Setor na construção de nova sociabilidade.
 - E) a criação de um associativismo de base imune à burocracia estatal e à avareza do mercado.
- 36.** Em relação ao Serviço Social Contemporâneo, é correto afirmar que:
- A) a compreensão dos problemas sociais como decorrentes de opções de sujeitos no enfrentamento das necessidades de sobrevivência e trabalho.
 - B) a priorização da ação profissional na direção do controle social dos usuários dos serviços sociais.
 - C) o trabalho do assistente social é orientado para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com o objetivo de enfrentar as desigualdades e injustiças sociais, fortalecer o processo de resistência dos sujeitos coletivos e seu acesso a direitos.
 - D) a centralidade da atuação do assistente social na singularidade das situações vivenciadas pelos usuários dos serviços.
 - E) o plano de intervenção profissional é norteado por um modo particular de articulação dos procedimentos técnico-operativos, independentemente de opções teóricas e político-ideológicas do profissional.
- 37.** O estudo social, a perícia social, o laudo social e o parecer social fazem parte da metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do assistente social, que poderá utilizar para sua preparação, se necessário, instrumentos como:
- A) avaliação processual, diagnóstico, tratamento, encaminhamento, contatos partidários e formação de redes sociais.
 - B) gestão de pessoas, entrevistas, vinculação político-partidária, consulta de documentação pessoal dos usuários.
 - C) entrevistas individuais e grupais, visitas domiciliares, visitas institucionais, além da consulta de material bibliográfico e documental.
 - D) visitas interinstitucionais, visitas domiciliares, abordagem aos usuários e consolidação de redes solidárias.
 - E) entrevistas estruturadas e semiestruturadas, visitas domiciliares, formação de redes sociopartidárias, análise de documentação.
- 38.** O Programa Nacional de Assistência Estudantil estabelece que:
- A) a assistência estudantil deve desenvolver-se nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
 - B) define como seu público-alvo o estudante oriundo da rede pública ou privada de educação básica ou com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.
 - C) as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir exclusivamente nas situações instaladas de retenção e evasão, sejam decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou de outros fatores.
 - D) não cabe à instituição federal de ensino superior definir critérios seletivos dos alunos de graduação a serem beneficiados, diante do caráter universal da assistência estudantil.
 - E) o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior deve privilegiar as atividades de ensino.

39. Ao tratar com as seguradas da Previdência Social, no setor de Recursos Humanos, o assistente social procurou esclarecê-las a respeito do salário maternidade, segundo a Lei 8.213/91 e suas atualizações. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A Previdência Social não exige carência para conceder o benefício de salário-maternidade mas a existência da relação de emprego ou de contribuição (contribuinte individual e facultativo) é pré-requisito necessário para o benefício.
- B) A segurada que exerce atividades concomitantes tem direito a um salário maternidade para cada emprego.
- C) O valor mensal da contribuição previdenciária devida pela segurada não será descontado do salário maternidade.
- D) A segurada aposentada que permanecer ou retornar à atividade tem direito ao pagamento do salário-maternidade, exceto aquelas aposentadas por invalidez.
- E) Além da proteção à maternidade, especialmente à gestante, a previdência social atende a cobertura dos eventos de doença, invalidez, proteção ao trabalhador e seus dependentes.

40. Ao tratar da Seguridade Social na Gestão Pública a legislação determina que a União manterá o Plano de Seguridade para o servidor e sua família. Na previsão de cobertura aos riscos, a Lei 8.118/91, assegura como benefícios:

- A) aposentadoria e pensão ao servidor.
- B) licença para tratamento de saúde.
- C) seguro desemprego.
- D) proteção dos servidores comissionados ou contratados como segurados especiais.
- E) manutenção da qualidade de segurado ao servidor público, em área urbana ou rural, independentemente das contribuições, quando estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

41. De acordo com a Lei 7.853/89, entre os incentivos e alternativas de atendimento aos portadores de deficiência, na área da formação profissional e do trabalho, são medidas a serem adotadas pelos órgãos da administração pública:

- 1) adoção de legislação específica que discipline a reserva do mercado de trabalho nas entidades da administração pública e do setor privado, equivalente a 20% dos postos ocupacionais.
- 2) a formação e qualificação de recursos humanos que atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências.
- 3) garantia da participação das pessoas portadoras de deficiência na implementação e controle das iniciativas governamentais na área do trabalho, por intermédio de suas entidades representativas.
- 4) ampliação das alternativas de inserção econômica das pessoas portadoras de deficiência, mediante a formação profissional, a orientação profissional e garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional.
- 5) matrícula obrigatória em programas de reabilitação dos alunos portadores de deficiência vinculados a cursos regulares do ensino superior há mais de 1 ano.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2, 3 e 5.
- C) 2.
- D) 2 e 3.
- E) 3 e 4.

42. De acordo com a legislação vigente – Lei 10.216/2001, são direitos do portador de transtorno mental:

- A) tratamento em regime de internação, exclusivamente em instituição especializada pelo prazo máximo de 30 dias, independentemente de autorização do médico.
- B) garantia de sigilo nas informações prestadas nos atendimentos em saúde mental de qualquer natureza.
- C) ser tratado preferencialmente em instituições com características asilares, principalmente nos casos crônicos de reinternação frequente.
- D) ter acesso à política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida quando hospitalizado há mais de trinta dias.
- E) assistência integral à saúde sob a responsabilidade de autoridade sanitária competente quando submetido a procedimentos de pesquisa científica para fins diagnósticos ou terapêuticos.

43. Com a Reforma Psiquiátrica é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtorno mental, com a participação da família e de sociedade. No campo da saúde mental, o assistente social, orientado pelo projeto ético-político profissional, contribui para o enfrentamento da questão social quando:

- A) privilegia a atividade clínica e se subordina à homogeneização dos saberes "psi".
- B) nega a interdisciplinaridade do trabalho em equipe e elege a família como objeto específico de sua intervenção profissional.
- C) prioriza o acolhimento e a humanização do atendimento.
- D) promove o mapeamento e a articulação com os recursos institucionais locais e privilegia as práticas de ajuda de modo a minimizar a responsabilidade do Estado na prestação de serviços assistenciais.
- E) privilegia a atenção aos direitos e às ações em rede que passam a ser seu horizonte em termos de intervenção, garantindo a integralidade das ações e priorizando o atendimento às necessidades dos usuários.

44. Diante dos desafios atuais que o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta, e levando em consideração o que o projeto ético-político do Serviço Social defende:

- A) a gestão de serviços públicos por fundações constitui a solução para problemas da gestão pública, considerada engessada e ineficaz.
- B) o financiamento da saúde, através da regulamentação da Emenda Constitucional 29, deve incorporar as despesas com pagamento de pessoal da área e gastos com saneamento.
- C) a Estratégia de Saúde da Família é fundamental para a garantia da integralidade prevista na legislação específica (Lei 8080/90).
- D) o projeto de reforma sanitária deve ser reafirmado cotidianamente pela defesa da universalidade, da integralidade, do controle social, do dever do Estado na garantia da saúde.
- E) a descentralização da política de saúde é responsável pela falta de resolutividade do sistema de saúde ao deixar a municípios despreparados a gestão de diferentes níveis de atenção à saúde.

45. A concepção de controle social, suas possibilidades e limites e, em especial na política de assistência social, constitui um desafio na conjuntura atual. Sobre isso, analise as proposições abaixo.

- 1) As instituições da sociedade civil também constituem mecanismos de controle social para manter a atual ordem societária, difundindo a ideologia dominante e reforçando comportamentos legitimados socialmente.
- 2) Na perspectiva do Estado Mínimo, a sociedade tem possibilidade de controlar as ações do Estado em favor dos interesses das classes subalternas.
- 3) Os conselhos gestores podem se constituir em mecanismos de controle do Estado sobre as classes subalternas como consequência do enfraquecimento dos movimentos sociais.
- 4) Ao concertar as parcerias com setores da sociedade civil, o Estado procura formas menos burocratizadas de organização cuja missão é representar o Estado na gestão do fundo público e na definição da alocação dos recursos destinados à política social sustentada por esse fundo.
- 5) A partir do conceito de necessidades humanas básicas, os objetivos do controle social da política de assistência devem estar parametrados no atendimento às necessidades humanas em sua plenitude natural, social, econômica e política.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 2 e 4.
- D) 2, 4 e 5.
- E) 1 e 5.

46. De acordo com a NOB - SUAS, a rede socioassistencial é:

- A) um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público que tem a primazia na oferta de serviços que se articulam com as unidades de prevenção e são operacionalizados por unidades públicas assistenciais.

- B) um programa dinâmico que tem na família o necessário apoio para sua viabilização.
- C) o modo de atuação pelo qual a sociedade deve contribuir de modo pecuniário para que seus benefícios sejam estendidos a toda a população.
- D) um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, e que supõem a articulação entre as unidades de proteção social básica e especial.
- E) um conjunto de organizações públicas e privadas que desenvolvem o projeto da seguridade social sem a garantia de legitimidade e vinculação político-administrativas.

47. Para ter credibilidade, o plano ou desenho de avaliação de um programa social deve apresentar evidências de validade e de confiabilidade. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A avaliação deve assegurar que os instrumentos utilizados dão a informação correta, relevante, representativa e verdadeira.
- B) Validade significa que o instrumento, método ou procedimento utilizado fornece a informação de que o avaliador precisa.
- C) Confiabilidade refere-se ao erro não previsto de medida, na avaliação.
- D) Validade significa que o instrumento, método ou procedimento utilizado é adequado para sua finalidade.
- E) A consistência interna de um instrumento significa que os indivíduos respondem de maneira semelhante a perguntas que medem o mesmo fenômeno.

48. O planejamento é essencial para execução de uma avaliação. Entre as alternativas apresentadas selecione aquela que pode diminuir os custos da avaliação sem diminuir a relevância dos resultados:

- A) descrição clara do projeto e de seus objetivos, prévia listagem dos pressupostos e limitações que se apresentam para avaliação e recomendações para solucionar as dificuldades apontadas.
- B) identificação dos recursos a serem utilizados e, diante dos custos previstos, a participação de uma equipe voluntária que executará as atividades programadas.
- C) descrição do projeto e de seus objetivos, seleção do foco específico para avaliação, formulação das perguntas de avaliação consideradas de maior relevância pela equipe do projeto e detalhamento da abordagem metodológica incluindo o uso de técnicas de amostragem.
- D) formulação do desenho da avaliação com base nos dados disponíveis e construção de indicadores realistas e de acordo com os recursos a serem utilizados, independentemente dos objetivos e aplicabilidade dos resultados da avaliação.
- E) reformulação dos objetivos da avaliação de modo a torná-los específicos e mensuráveis, substituição da metodologia participativa por tratamento estatístico e supressão da interpretação valorativa dos resultados.

49. No contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o planejamento é elemento estratégico para superar a prática assistencialista e clientelista e evitar a improvisação. São elementos estruturantes do plano de assistência social:

- 1) o conhecimento da realidade como processo cumulativo, dinâmico baseado em levantamento de dados quantitativos resultante de análise documental de domínio exclusivo dos técnicos envolvidos.
- 2) elaboração de diagnóstico social e fixação de objetivos e conteúdos das ações a serem comunicados posteriormente à população envolvida.
- 3) avaliação do cenário socioeconômico, político e cultural com a participação dos grupos representativos da área em estudo visando à construção coletiva por aproximações sucessivas.
- 4) mapeamento e cobertura da rede prestadora de serviços, bem como caracterização das situações de vulnerabilidade e risco de acordo com o percentual da linha de pobreza no município a ser atendido.
- 5) implantação de um processo decisório participativo e transparente para avaliação de prioridades e estratégias e mobilização da população para participar das decisões.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 2 e 4.
- D) 3 e 5.
- E) 1 e 4.

50. Projetos sociais que focalizam segmentos mais vulneráveis da população (dependentes de drogas, por exemplo) com o objetivo de modificação de valores, atitudes e comportamentos têm como requisitos:

- 1) qualificação especial da equipe responsável pela execução para lidar com os conflitos e tomar decisões a respeito de situações não previstas e que sejam consistentes em relação aos objetivos centrais do projeto.
- 2) a utilização do diálogo como forma de controle social.
- 3) a relação custo/benefício como condição de efetividade.
- 4) inclusão do usuário exclusivamente no processo de informação durante o planejamento da ação.
- 5) garantia da participação do usuário inclusive na etapa decisória do planejamento.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 2 e 4.
- D) 3 e 5.
- E) 1 e 5.